

A CHEGADA DO CAFÉ NO BRASIL

Foi em 1727 que o oficial português Francisco de Mello Palheta, vindo da Guiana Francesa, trouxe as primeiras mudas da rubiácea para o Brasil. Recebera-as de presente das mãos de Madame D'Orvilliers, esposa do governador de Caiena. As mudas foram plantadas no Pará, onde floresceram sem dificuldade.



Gravura representando Francisco de Melo Palheta.

Entretanto não seria no ambiente amazônico que a nova planta iria tornar-se a principal riqueza do país um século e meio mais tarde. Conforme aumentava o consumo do café pela Europa, a história do café no Brasil ganhava espaço. A produção dos grãos foi expandida, em 1781, com a ajuda de João Alberto de Castello Branco, ele foi incumbido de começar as plantações na região Sudeste do país. Foi ele quem trouxe mudas de *Coffea arabica* e introduziu o café no Rio de Janeiro. As primeiras mudas que foram plantadas no Convento Capuchinhos na Rua dos Barbonos, atual Evaristo da Veiga e depois na chácara do holandês Johann Hoppmann, em Mata Porcos.



Vista do antigo Convento dos Capuchinhos onde foram plantadas as primeiras mudas de café no Rio de Janeiro. — Fotografia de Revert Henrique Klumb, 1860.

Porém, apenas no século XIX, no Vale do Rio Paraíba, que as plantações de café ganharam mais destaque. Isso aconteceu, principalmente, devido à escassez do ouro e a alta concorrência do açúcar nas Antilhas, pois era necessário encontrar alternativas que superassem os problemas econômicos e contribuíssem para a manutenção da elite aristocrática nos anos seguintes.

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil no ano de 1808 foi um fator importante para aumentar ainda mais o desenvolvimento da economia cafeeira, pois, após esse fato o Brasil abriu seus portos às “nações amigas” e posteriormente, em dezembro de 1815, deixou de ser colônia portuguesa e foi “promovido” a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que fomentou a exportação do produto ao velho continente.

Muitos fazendeiros começam a fazer fortuna com o cultivo de café a partir do século XIX, tão grande foi o desenvolvimento dos cafezais nesse período e tão acentuada a contribuição deles para a economia nacional, que ao ser proclamada a Independência, em 1822, um dos símbolos escolhidos para compor sua bandeira foi um ramo de um de café.



Bandeira do império do Brasil tendo em sua composição um ramo de um pé de café.

O cultivo do café no século XIX, se valendo de mão de obra escrava, alcançou seu auge, a tal ponto que, toda a orla oeste da Guanabara acabou se transformando num imenso cafezal, conforme se vê nas narrativas e nas gravuras feitas por viajantes e paisagistas.



Escravos na colheita no século XIX

As fazendas exibiam uma arquitetura que enfatizava a autarquia dos barões do café. Cada parte da fazenda, portanto, destinava-se a uma etapa de preparo dos grãos. O sistema de *plantation* foi incorporado ao modelo de monocultura e grandes latifúndios, ou seja, grandes porções de terra que produziam apenas café.

Inicialmente, os escravos eram a principal força de trabalho. No entanto, por pressão externa, principalmente da Inglaterra, o Brasil aprovou a Lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico de negros vindos do continente africano, e posteriormente um conjunto de leis que desencadeou na Lei Áurea, de 1888, que aboliu a escravidão em território nacional. A partir daí, a necessidade de mudanças nas relações de trabalho fez com que, as fazendas passassem a contratar trabalhadores assalariados.

Penetrando pelo vale do rio Paraíba, a mancha verde dos cafezais, que já dominava paisagem fluminense, chegou ao Oeste Paulista, que a partir da década de 1880, passou a ser o principal produtor nacional de café. Na sua marcha foi criando cidades e fazendo fortunas. Ao terminar o século XIX, o Brasil controlava o mercado cafeeiro mundial.

A CHEGADA DO CAFÉ NA REGIÃO SERRANA

A expansão do café no interior da Província do Rio de Janeiro teve como ponto de partida a Fazenda do Medanha, em Campo Grande, de onde saíram mudas pioneiras para o Vale do Paraíba e para a Baixada Fluminense. Duas frentes de expansão se formaram a partir daí: a primeira tomou o rumo de Resende e beneficiou todo o Vale do Paraíba, ramificando-se por São João Marcos, Vassouras, Valença, Barra Mansa e Paraíba do Sul. Vassouras teve o maior destaque, sendo a maior produtora de café do mundo nos anos de 1850.



Vista da cidade de Vassouras, fotografia de Jean-Victor Frond de 1859.

A segunda frente de expansão passa por São Gonçalo, alcança Magé, Itaboraí, Maricá, Macaé, subindo a serra da Boa Vista para formar os cafezais de Cantagalo, sendo esta a região de maior destaque na produção.

No ano de 1850, a região de Cantagalo, abarcando o território que corresponde hoje a vários municípios, inclusive o município de Bom Jardim, já tinha 111 fazendas de café, das quais seis possuíam terreiros de pedra, estufas de secagem e engenhos de pilões.

Já em 1860 subiu para 733 o número de fazendas na localidade, sendo 181 com as estruturas anteriormente citadas. Devido ao peso dessa contribuição, o centro da produção fluminense gradativamente deixou de ser a bacia do Paraíba, passando a ser a região Cantagalo.

A produção local era escoada até Porto das Caixas por tropas de mula, onde o carregamento era transferido para as faluas, que eram pequenas embarcações a vela ou remo usadas para transporte de carga e que trafegavam no Rio Macacu até a Prainha (atual Praça Mauá), na cidade do Rio de Janeiro, onde o café era comercializado e encaminhado ao exterior.



Gravura retratando tropeiro realizando transporte de carga



Pintura de 1841 retratando a região da Prainha, atual Praça Mauá.

O BARÃO DE NOVA FRIBURGO

Antônio Clemente Pinto, conhecido como Barão de Nova Friburgo, nasceu no ano de 1795, em Santa Maria de Abobadela, Portugal. Antônio Clemente desembarcou no Brasil em princípios do século XIX, onde indícios apontam que teve como primeiro emprego a função de caixeiro. Durante sua ascensão econômica, o futuro Barão, foi de caixeiro, moedeiro a negociante de grosso trato. Durante sua ascensão econômica, podemos destacar a aquisição de terras em Cantagalo.



Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo. Cópia de fotografia. Acervo do Nova Friburgo Country Clube.

Esse caminho percorrido propiciou Antônio Clemente Pinto a ser um dos maiores proprietários de terras, escravos e riquezas do Brasil, como descrito pelo Barão Von Tschudi: (...) *é o mais rico fazendeiro, não só do Distrito de Cantagalo, como de todo o Brasil (...). Veio para o Brasil sem vintém (...)* circulam muitas versões quanto à natureza de seus negócios e do modo por que chegou a ser possuidor de tão avultada riqueza (...). *O novo-rico é em toda a parte do mundo objeto de inveja e maledicência (...). O que acontece em muitos casos, no Brasil, onde existe mesmo um provérbio bastante malicioso que diz, quem furtou pouco fica ladrão, quem furtou muito, fica barão*".

Estudos apontam que a prosperidade econômica do Barão de Nova Friburgo seja proveniente do tráfico de escravos negros vindos do continente africano. Estima-se que durante os anos de 1827 e 1830, tenha trazido da África mais de 300 mil negros escravizados, onde uma parte foi comercializada e outra levada às suas propriedades em Cantagalo.

A importância da cafeicultura de Cantagalo no século XIX deveu-se, principalmente, ao grande latifúndio adquirido por ele o qual aportou no Brasil, vindo de Portugal, por volta de 1808, aos 12 anos de idade. Ele embrenhou-se pelos Sertões de Macacu aproximadamente no ano de 1829 em busca das minas de ouro. Também se beneficiou recebendo sesmarias distribuídas pela Coroa Portuguesa e amealhou grande fortuna.

Antônio possuía muitas propriedades, nas quais podemos citar as fazendas: Laranjeiras, Areias, Boa Sorte, Itaóca, Água Quente, São Clemente, Santa Rita, Boa Vista, Aldeia, Cafés e Gavião. O Barão também era proprietário de fazendas na Vila de Nova Friburgo, como as do Cônego e a de São Lourenço. Era uma destacável riqueza em terras, pés de café e escravos, formando um significativo complexo de fazendas interligadas.

Outro legado do Barão que muito impactou para cafeicultura foi construir uma linha de trem, interligando a região serrana com a Baixada Fluminense para o escoamento da produção. A ferrovia “Estrada de Ferro de Cantagalo” alavancou o desenvolvimento da região e aproximou o interior à sede da Corte. Com apoio de capital inglês também foi construída a usina de açúcar engenho central Laranjais.

É importante ressaltar também que a família Clemente Pinto apreciava uma arquitetura requintada. Sabe-se que o 1º barão de Nova Friburgo tinha paixão pelo trabalho em cantaria e contratou mão-de-obra especializada vinda da França, Alemanha e Portugal para a edificação do Palácio do Catete e suas outras sedes, como do Gavião e Areias, chalé e solar. O belíssimo Country Clube no Parque São Clemente, Nova Friburgo, com jardim assinado pelo famoso paisagista do imperador D. Pedro II, Auguste François Marie Glaziou, também era propriedade do barão.



Ele se tornou célebre depois de construir o Palácio do Catete, que após sua morte em 1860, foi vendido e, mais tarde, vem a ser sede do governo durante a República, até a transferência para Brasília, sendo hoje a sede do Museu da República.



Após ser condecorado com a comenda da Ordem de Rosa e posteriormente a Ordem de Cristo, recebeu em 28 de março de 1854, o título de Barão de Nova Friburgo e Fidalgo Cavalheiro da Casa Real.

Já no ano de 1855, recém-titulado como barão, declarou no registro paroquial de terras possuir oito sesmarias, além de inúmeras posses de terras, compradas ou legitimadas. Com a firma *Clemente Van Erven e Cia.*, alegou ter ainda mais seis sesmarias e por fim, com a firma *Clemente & Beliene*, uma sesmaria e meia, onde se encontrava sua fazenda de café. Considerando-se que cada sesmaria correspondia à meia légua de terras em quadro, é possível imaginar a extensão das propriedades do barão. O crescimento meteórico de seu patrimônio era notório o que fez com que recebesse críticas de viajantes da época sobre a origem duvidosa de sua fortuna, tal como apresenta seguinte citação:

Estar entre os homens mais ricos do país era motivo de rumores. Jornais chegaram a noticiar a dicotomia desconfortável para o Império de ter um nobre e empresário tão afortunado, com mais luxos do que a própria Coroa! Quando faleceu, deixou uma fortuna extraordinária, que contava com 2.183 escravos avaliados em 1.999.200 contos de réis, 5.904.000 pés de café e 9.840 alqueires de terras. A avaliação total de seus bens chegou a 6.909.371,780 contos de réis. (ALEGRIO, 2008).

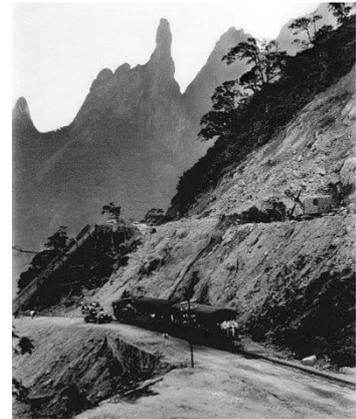
Antônio Clemente Pinto faleceu em 1869, aos 74 anos, deixando um legado como o 1º barão de Nova Friburgo e, por certo, um dos homens mais ricos do Império do Brasil.

O TREM E SEU IMPACTO

Depois da inauguração do trecho da ferrovia, que ia de Porto das Caixas até Cachoeiras de Macacu no fim dos anos de 1860, o transporte por tropa de mula passou a ser feito somente até Cachoeiras. Posteriormente, quando os trens da Cia. Estrada de Ferro Cantagalo começavam a subir a serra, nos anos de 1870, as grandes viagens de tropas de mula gradativamente caíram em desuso e as tropas passaram a ser usadas somente para levar o café até as estações.



Estação ferroviária de Cantagalo em fotografia de meados do século XX.



A província do Rio de Janeiro inicialmente disparou na frente da produção de café com 77,12% de produção nacional em 1852, contra 13,82% de São Paulo e 7,65% de Minas Gerais, crescendo exponencialmente nos anos seguintes. Porém, mais tarde, o mau uso do solo causaria problemas para a produção em algumas partes do estado.

No ano de 1870 já era visível o declínio da produtividade nas primeiras zonas ocupadas pelo café e em 1883 a produção de São Paulo igualou-se à do Rio, superando-a nos anos seguintes.

Com a abolição da escravatura em 1888, um grande fluxo de imigrantes europeus foi trazido para trabalhar nas fazendas de café, consolidando definitivamente a presença destes trabalhadores na região. A prática de utilizar imigrantes no lugar da mão de obra escrava foi uma alternativa que teve início com a proibição do tráfico de escravos em 1850.

SÃO JOSÉ: O CAFÉ E A ESCRAVIDÃO.

A freguesia de São José foi um dos primeiros povoados a se constituir na Região. Ocupada inicialmente por imigrantes portugueses no início do século XIX, se tornou um expoente na cultura do café, principalmente com reforço pela chegada dos colonos suíços.

Considerando-se resposta aos reclames do Vigário Jacob Joye, de que não havia propriedade suficiente para todos os imigrantes chegados a Nova Friburgo, em 1822 o Príncipe Regente autorizou que os suíços deixassem a cidade e procurassem por novas terras na redondeza e assim, em 1857, São José é reconhecido como freguesia da Província do Rio de Janeiro, subordinada na época a Nova Friburgo, uma ativa e movimentada região produtora de café, provida com diversas fazendas, núcleo urbano e um alto quantitativo de escravos como mão de obra, contudo, com advento das políticas abolicionistas São José acaba se separando de Nova Friburgo, justamente por acumular escravos e prejudicar seus relatórios sobre a erradicação da escravatura.

O café afortunou a muitos no seu auge e culturalmente se associou que a região de Vargem Alta “de Baixo”, interior de São José, era rica devido ao café e que a região de Vargem Alta “de Cima” era pobre devido ao cultivo de legumes e verduras.

Já por volta de 1865, enquanto São José progredia, Bom Jardim ainda era uma simples fazenda e pouso de tropas, com um modesto povoado de apenas seis casas, segundo Manoel Erthal, onde os viajantes e tropeiros descansavam e preparavam a sua tropa para prosseguir na rota da Serra. Mais tarde, em 1876, o desenvolvimento tomou notável impulso com a chegada da Estrada de Ferro até Cantagalo, criada para escoar a grande produção cafeeira do Centro Norte Fluminense, em lugar das folclóricas tropas de burros.

O CAFÉ E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BOM JARDIM

A cidade de Bom Jardim se tornou uma das maiores produtoras de café do Brasil nos anos de 1890, gerando um notável desenvolvimento na região. Na verdade foi o produto que trouxe seu progresso como território e permitiu sua emancipação em 1892, deixando assim de pertencer a Cantagalo. O café nesta época foi muito valorizado e gerou riquezas que podem ser comparadas ao auge de outros ciclos produtivos, como do ouro e petróleo.

Vale ressaltar que, quando se trata do histórico da produção de café na cidade de Bom Jardim, muitos eram os produtores e no ápice do produto, todas as propriedades, mesmo que dotadas de outras culturas predominantes, cultivavam também o café.

Estação ferroviária de Bom Jardim em fotografia de meados dos anos de 1890. É possível notar a grande



extensão das lavouras de café que ocupavam os morros no entorno da cidade.

CRISES

Durante a República Velha, o café foi o principal centro de acumulação de capital, fonte de renda e caminho para o desenvolvimento do país. Porém, em alguns momentos, enfrentou dificuldades comerciais, às vezes derivadas da superprodução. Durante a Primeira República, o estado era um instrumento de controle da oligarquia agroexportadora, a economia era voltada para beneficiar este setor, havia uma subordinação da política econômica da Primeira República aos interesses do setor cafeeiro.

A força dos cafeicultores pôde ser comprovada em 1906, quando a produção brasileira de café crescia cada vez mais, porém os preços do produto no mercado internacional estavam em declínio, principalmente devido a grande oferta, à valorização da moeda nacional levada a cabo pelo governo para combater a inflação provocada pelo Encilhamento e, pois, apesar de ser o maior produtor mundial, o Brasil não era o único. Com os altos preços, mais países passaram a produzir, fazendo o café desvalorizar.

Para combater a crise, os cafeicultores reuniram-se junto aos presidentes de estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais afim de debater meios que garantissem a valorização do café e a manutenção dos lucros, firmando assim o Convênio de Taubaté. Dentre as medidas protecionistas, os Estados ficariam responsáveis pela compra do café a um preço mínimo, garantindo a renda dos cafeicultores. O controle de volume exportado ficaria a cargo do Estado, realizando o fluxo para o exterior de acordo com as variações do mercado, buscando, dessa forma, controlar os preços internacionais.

Coube aos estados à compra do café excedente, pois o então presidente Rodrigues Alves não se comprometeu com o acordo. Porém após a eleição presidencial

de Afonso Pena, o governo federal assumiu o compromisso de manter a política de valorização do café. Em contra partida o convênio previa medidas que impediam a expansão aleatória da produção, evitando custos muito altos ao Estado. Mas como eram os cafeicultores a controlar a máquina estatal, tais medidas não foram seguidas.

O Convênio de Taubaté serviu para demonstrar a verdadeira função do Estado brasileiro: a garantia das condições necessárias para a atividade econômica da classe social que o controlava.

A crise do café de 1929 causou um grande impacto na economia local que era baseada em grande parte no comércio deste produto, isso porque com a crise, os Estados Unidos da América, maior comprador do café brasileiro, diminuiu a importação deste produto e os preços do café brasileiro caíram. Com este fato, findou-se a República Oligárquica.

Após o Golpe de 30, Getúlio Vargas assume o governo, retirando do poder o então presidente eleito, o paulista, Júlio Prestes. Após o assumir, Vargas encontrou uma realidade calamitosa, com uma forte crise de exportação. Uma das primeiras ações que o novo governo tomou foi uma intervenção ainda mais radical do que os governos anteriores. A fim de reequilibrar os preços, adquiriu grande quantidade de sacas de café excedente, para que em junho de 1931, queimá-las na Baixada Santista, eliminando os estoques. Essa medida seria repetida em 1938 e 1944, diante de novas baixas dos preços. Após isso, surgiu um novo modelo econômico no país, com foco na industrialização e investimento em setores econômicos diversificados.

O CULTIVO DO CAFÉ

O cultivo do café era realizado sem empregos de tecnologias, ou seja, sem recursos como adubação e pulverização de defensivos e tinha uma vida útil curta, pois a terra tornava-se exaurida e improdutiva com cerca de 20 a 30 anos de uso. O modelo extrativista da época era limitado ao rodízio de solo, com a derrubada de matas para plantio da lavoura e seu uso dava-se até fadigar o solo. A partir disso abandonava-se a área e derrubava outra parte da floresta com solo ainda descansado para o cultivo, técnica conhecida como pousio.

Entretanto, na década de 60 teve início o plano de erradicação das lavouras cafeeiras, programa do governo federal através do instituto brasileiro do café (IBC), junto com outros órgãos com o objetivo de eliminar parte das lavouras deficitárias, mais velhas e improdutivas e visando também diminuir a produção excessiva de café superior a demanda.

Esse plano teve duas etapas: a 1ª etapa de 1962 a 1964, com a indenização para erradicação do café, financiando outras atividades e a 2ª etapa de 1965 a 1967, que reajustou os valores de indenização e financiou novos plantios do café, agora se utilizando de técnicas como plantio por curva de nível para controle de erosões e

retenção de nutrientes no solo, uso de adubação química para correção da acidez do solo, pulverização de defensivos agrícolas para controle de pragas e doenças e introdução de outras variedades de café mais produtivas.

Este programa com potencial para corrigir inconsistências e colocar nos trilhos a economia do café no país chega após sucessivas crises do setor, em momento onde muitos produtores já haviam quebrado ou abandonado a cultura. Poucos permaneceram no cultivo do café em relação ao seu remoto auge.



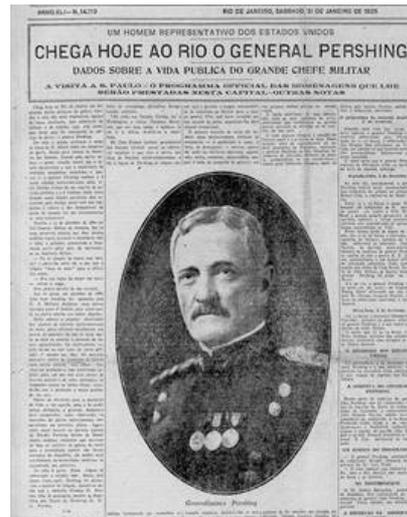
Nesse estudo, no entanto, iremos nos concentrar aqui nas principais famílias que tiveram maior destaque nessa produção ou que permaneceram ininterruptas no seu cultivo.

O CAFÉ DA FAMÍLIA CORRÊA DA ROCHA

Em 1818, a família Corrêa da Rocha adquire a Fazenda Nossa Senhora da Soledade e rapidamente prospera no cultivo de café. Luiz Corrêa da Rocha Sobrinho libertou os escravos e começou a contratar imigrantes no início de 1880 e na mesma época ergue uma segunda sede nas terras da família, mais próxima da linha férrea, a Fazenda Bom Jardim. Ele constrói estrutura capaz de abarcar todas as etapas da produção do café, contando com avançado maquinário impulsionado por motor

hidráulico (alimentado pela água captada do córrego floresta) e a usina de torrefação de café, vizinha à sede da fazenda, com mais de 1200 m² de obra possuindo os aparelhos mais modernos que beneficiavam 80 arrobas de café diariamente.

As avançadas e diferenciadas estruturas de beneficiamento de café renderam a Fazenda Bom Jardim a visita do General norte-americano John Pershing, Em 15 de fevereiro de 1925.



Pode-se entender que é fato que Luiz Corrêa foi um empreendedor perspicaz na economia do café. Durante as primeiras crises do produto, ainda no império, Luiz vislumbrava a recuperação do setor e em vez de reduzir sua produção ele ampliou, arrendando outras fazendas que desistiram do cultivo do café. A família Corrêa inovou no cultivo, foram pioneiros ao plantarem suas lavouras tendo mais de uma muda por cova, visando otimizar a produtividade, prática que só se consolidou muito depois, com a comprovação técnica de sua eficácia. Vale ressaltar que Luiz Corrêa cria a marca “Café LUCO” (junção do nome Luiz Corrêa).



Vista da Fazenda Bom Jardim e de sua usina de beneficiamento de café em fotografia do fim do século XIX.



Saco de café com a logomarca do “Café LUCO”.

O CAFÉ DA FAMÍLIA ERTHAL

No ano de 1826 emigrou para o Brasil o patriarca João Erthal (Johann Muller Erthal), de origem Alemã, nascido em 1806 na cidade de Darmstadt. Influenciado por outro colono suíço, João vem para o Brasil com sua família.

Em 1844 José, o filho mais velho de João, com apenas 14 anos de idade, iniciou na chácara da família na Penna o plantio de 800 pés de café.

Já em 24 de Outubro de 1859, João Erthal adquire a Fazenda Santa Rita em Barra Alegre /Bom Jardim. Nesta fazenda ele cultivou mais café e prosperou. A crescente produção levou João Erthal e filhos a construírem, por volta de 1870, um terreiro de pedra para secagem do café e em 1880 uma usina de beneficiamento movida à roda d'água, usando um processo bastante em voga no Brasil imperial: o dos pilões (café “socado” ou “pilado”), através do qual os grãos, depois de lavados em tanques e

secos ao sol, eram despulpados e transformados em bagos para posterior ensacamento e transporte.



A partir disso, João Erthal adquiriu outras propriedades, aumentando ainda mais a produção e algumas destas fazendas ainda hoje pertencem a seus descendentes, como a Fazenda Santa Rita, atualmente pertencente a seu bisneto Aloysio dos Santos Erthal. João Erthal faleceu em 26 de maio de 1889, aos 82 anos de idade e seu filho Francisco José Erthal foi quem deu continuidade ao ramo familiar de Santa Rita. Aloysio dos Santos Erthal é o neto de Francisco José Erthal e que até hoje dá prosseguimento à cultura do café na Fazenda Santa Rita.



Casa sede da Fazenda Santa Rita, atualmente.

ALOYSIO: O ÚLTIMO BARÃO DO CAFÉ

Aloysio iniciou sua carreira de empresário no Rio de Janeiro, onde foi proprietário de uma empresa de ônibus, mas após algum tempo resolveu voltar às origens e investir em gado de corte, leiteiro e café.

Ele adquiriu a Fazenda Santa Rita de seu pai, Francisco José Erthal Junior, e em meio a uma política nacional de desestímulo ao cultivo do café na década de 60, Aloysio na contramão começou investir e aumentou o potencial cafeeiro da propriedade plantando cerca de 100 mil pés até o fim da década de 70, além de adquirir novos maquinários para secagem e beneficiamento.

Criou em 1988 uma empresa de torrefação e moagem de café, denominada “Café Bonjardinense” e hoje ele é nosso barão do café, mantendo o título de maior produtor de café tipo *commodity* do Estado do Rio de Janeiro, também exportando o produto para alguns países da Europa.



Cafezais da Fazenda Santa Rita, atualmente.

Everardo Tardin Erthal, tetraneto de João Erthal, descendente de João Luiz Erthal, seu nono filho, também herdou da família paixão pelo café. Casado com Maria Adriana Monnerat Erthal, filha do Aloysio Erthal, fundou junto com o sogro o “Café Bonjardinense”, empresa que administrou por 28 anos.

Everardo, produtor de café desde 1984, atualmente exporta o produto para os Estados Unidos e é focado em produção de cafés especiais. Em 2010 participou do 1º Concurso de Cafés Especiais do Rio de Janeiro e conquistou o 1º lugar. No segundo Concurso, que ocorreu em 2018, ficou em 3º lugar. No ano de 2019, no Concurso Florada, que é específico para as mulheres produtoras de cafés especiais, sua esposa, Maria Adriana Monnerat Erthal conquistou o 1º lugar. Seu filho, Eduardo Tardin Erthal, atualmente tem trabalhado na produção, manejo e administração das lavouras do seu avô Aloysio. Eduardo trouxe, modernizou, mecanizou e qualificou diversas etapas do processamento do café.

TITULO QUE MACULA O ESTADO

O estado do Rio de Janeiro foi pioneiro no sudeste do Brasil no cultivo do café, entretanto uma situação histórica curiosa infelizmente maculou a imagem do café produzido no Rio de Janeiro e principalmente na Região Serrana. Devido às condições climáticas da Região de Montanhas, sempre que combinada com incidência da alta à umidade relativa do ar (próxima a 80%), o café sofre uma fermentação natural prejudicial e isso acabou rendendo ao Estado um título pejorativo que é empregado na classificação internacional de café. Então, para o mercado mundial, Café classificado como “bebe RIO” ou “bebe RIADO” (neologismo associado ao Rio) é sinônimo de café inferior para consumo e por isso inferior no preço de comercialização.

Essa condição climática peculiar e desfavorável à qualidade é inerente e imutável, porém, hoje, é tratada e corrigida com práticas e tecnologias diferentes. Descascar o grão cereja, por exemplo, é uma forma de interromper essa fermentação confinada e negativa, outra possibilidade é levar o café para um ambiente climatizado onde o grão, na umidade corrigida, possa sofrer uma fermentação melhorada. Enfim, há alternativas que permitem que a produção do Estado fuja ao estereótipo e produza um produto digno da classificação refinada entre bebida mole ou dura.

A Associação de Cafeicultores do Estado do Rio reúne esforços junto ao estado e Governo Brasileiro para que interpele a Organização Internacional do café, em Londres, para que se desassocie o nome Rio a classificação inferior de café. Atualmente a Associação em parceria com SEBRAE Rio briga também por conseguir selo de identificação geográfica, certificação que especifique as origens e peculiaridades únicas do café serrano.

MOMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS DE FUTURO

O café em séculos passou por diversas crises, nota-se que em relação a seu início a produção antes compulsória, se restringi hoje a persistência de poucos produtores. Atualmente a cultura do café vive novo momento, com surgimento de um mercado internacional mais refinado e exigente, a procura por cafés agregados e especiais.

A família Erthal permanece com seu tradicional café de *commodity*, sua marca café bom-jardinense e dela surgiram novas iniciativas. Everardo fundou sua empresa de torrefação e moagem e criou a marca de café especial “Vale do Er”. Eleonora Erthal, também filha de Aloysio, criou as marcas Café Goiabal e Café Monthal Farm.

AUTORIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Secretário **Jackson Vogas de Aguiar**

Assessora **Ana Clara da Silva Souza**

Historiador **Rhamon Marlon Freitas Moreira**

Historiador **Pedro Almeida Aguiar**

Professora e Historiadora e Produtora de café **Maria Adriana Monnerat Erthal.**

Agradecemos também a Maurício Lattini pela por ceder acervo referente as fotos das fazendas de café da cidade de Bom Jardim.

Também gostaríamos de deixar agradecimentos ao legado da pesquisa sobre a história do café iniciada por Humberto Neves, ex-gerente da EMATER de Bom Jardim.



BIBLIOGRAFIA

MARRETTO, Rodrigo Marins. **A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2014.

MARRETTO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (C. 1829 – C. 1873)**. Dissertação de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2019.

ALEGRIO, L.V. Cantagalo: terras cafeeiras do Clemente Pinto. Junho de 2008. Acesso em 23 de outubro de 2020, disponível em Revista do café: <http://www.cccrj.com.br/revista/826/12.htm>.

<https://www.abic.com.br/o-cafe/historia/a-expansao-do-cafe-no-brasil/>